



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA ALVES DIAS

**A REPRODUÇÃO DO BUDISMO NO MIANMAR COMO VIÉS TERRORISTA DE
RELIGIÃO**

**JOÃO PESSOA
2018**

BRUNA ALVES DIAS

**A REPRODUÇÃO DO BUDISMO NO MIANMAR COMO VIÉS TERRORISTA DE
RELIGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo F. Nobre

**JOÃO PESSOA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D541r Dias, Bruna Alves.
A reprodução do budismo no Mianmar como viés terrorista de religião [manuscrito] / Bruna Alves Dias. - 2018.
30 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Mianmar. 2. Budismo. 3. Violência. 4. Religião. I. Título
21. ed. CDD 294.3

BRUNA ALVES DIAS

REPRODUÇÃO DO BUDISMO NO MIANMAR COMO VIÉS TERRORISTA DE RELIGIÃO.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 26 / 11 / 2018.



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre /UEPB
Orientador(a)



Alexandre César Cunha Leite examinador /UEPB
Examinador(a)



Nivaldo Hojosa de Farias /UEPB
Examinador(a)

À minha mãe, pela dedicação, companheirismo e amizade, aquela que acredita no meu potencial até mais que eu mesma, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Embora um trabalho de conclusão de curso seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem, nem devem deixar de ser realçados. A conquista tem de ser dividida com aqueles que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a concretização e conclusão deste trabalho. A todos gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao professor Doutor Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, meu orientador, pela dedicação, críticas e sugestões feitas durante a orientação, mostrando, desde o início, enorme interesse pelo tema.

Ao professor Me. Nivaldo Inojosa de Farias, pela amabilidade de me esclarecer algumas questões técnicas relacionadas ao Mianmar disponibilizando-se sempre para ajudar em tudo o que podia.

Ao meu primo Vivaldo, graduado em Geografia e em Ciência das Religiões, por acreditar nas minhas capacidades e por me incentivar a desenvolver este tema, disponibilizando-se sempre para ajudar no que fosse preciso.

Ao professor Dr. Alexandre César Cunha Leite, pela sua disposição em participar da banca examinadora.

A professora Monica de Lourdes Neves Santana, por todo seu empenho em ajudar na formulação do pré-projeto, o qual viria a se tornar este presente trabalho.

A todos aqueles que me deram apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, em especial minha mãe Josicleide Alves, meu pai Francisco Dias e meu irmão Breno Vittor. Gratidão por toda compreensão, paciência e companheirismo.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Nunca poderemos obter paz no mundo exterior até que consigamos estar em paz com nós próprios.” – Dalai Lama.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	07
2	RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E VIOLÊNCIA	08
3	FUNDAMENTALISMO BUDISTA	10
4	AS ORIGENS DAS TENSÕES ENTRE MUÇULMANOS E BUDISTAS NO TERRITÓRIO MIANMARENSE	15
4.1	O Grupo 969	20
5	A ATUAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL	23
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	ABSTRACT.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

A REPRODUÇÃO DO BUDISMO NO MIANMAR COMO VIÉS TERRORISTA DE RELIGIÃO

Bruna Alves Dias¹

RESUMO

A religião ainda é um fator importante na eclosão de conflitos, como, por exemplo, no Sudeste Asiático, mais precisamente na região da antiga Birmânia e se apresenta de diversas formas, sendo uma delas, o fundamentalismo budista. No caso específico birmanês, a instabilidade parece ser uma característica predominante, no espaço que compreende 135 etnias distintas entre si. O budismo exerce considerável influência sobre Mianmar, pois 89% do povo professa tal religião, sendo propagada com o passar dos anos como uma ideologia que defende a superioridade budista sobre as demais existentes, em especial devido à relação entre tal religião e os longevos governos militares birmaneses. Sob a égide deste discurso, muitas práticas violentas, são realizadas, especialmente pelo grupo extremista 969, contra a minoria muçumana rohingya. Nas últimas décadas, a desigualdade econômica e o distanciamento geográfico entre os budistas rakhine e os muçulmanos rohingya cresceram gradualmente. Além disso, ainda persiste o temor de que a comunidade rohingya supere demograficamente os rakhine, seja por taxa de natalidade mais expressivas ou pelo amplo fluxo de imigração ilegal. Sendo assim, este trabalho visa identificar os principais elementos que motivam uma radicalização do budismo no Mianmar. Para tanto, são expostas primeiramente, reflexões gerais sobre a religião e sua ampla capacidade seja para promover violência ou corroborar em prol da paz, a seguir é analisado como fundamentalismo budista surge e como o sentimento antimuçulmano passou a ser propagado resultando numa das maiores crises humanitárias desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-Chave: Mianmar. Budismo. Violência. Religião.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAS

O mito da violência religiosa por muito tempo fora aceito e difundido em trabalhos acadêmicos, contudo percebe-se que a relação existente entre essas duas variáveis é mais complexa do que se aparenta. A religião ainda é um fator importante na eclosão de conflitos, como, por exemplo, no Sudeste Asiático, mais precisamente na região da antiga Birmânia e se apresenta de diversas formas, sendo uma delas, o fundamentalismo budista.

No caso específico birmanês, a instabilidade parece ser uma característica predominante, no espaço que compreende 135 etnias distintas entre si. O budismo exerce considerável influência sobre Mianmar, pois 89% do povo professa tal religião, sendo

¹Graduada em Relações Internacionais, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus V.
Email: bronadias@gmail.com.

propagada com o passar dos anos como uma ideologia que defende a superioridade budista sobre as demais existentes, em especial devido à relação entre tal religião e os longevos governos militares birmaneses. Sob a égide deste discurso, muitas práticas violentas, são realizadas, especialmente pelo grupo extremista 969, contra a minoria muçumana rohingya que vem sendo perseguida, vítimas das mais diversas atrocidades e violações de direitos humanos. Em resposta a tais violações em 2014 a ONU afirma em um relatório que a problemática diz respeito à mais um episódio de limpeza étnica.

Essa pesquisa parte da colocação comum, dentro da literatura das Relações Internacionais, de que segundo Haynes (2013) religião e violência são dois princípios indivisíveis. Do contrário, procuramos expor, nas páginas seguintes, que as relações conflituosas que envolvem elementos religiosos, também estão encharcadas de interesses e fontes de natureza diversa, como a política, e as questões étnicas e culturais.

Dessa maneira, este trabalho visa identificar os principais elementos que motivam uma radicalização do budismo no Mianmar, no intuito de dar uma contribuição acadêmica para a criação de uma agenda política visando a proteção deste povo. A metodologia utilizada será de cunho exploratório e com uma abordagem qualitativa. A partir de uma revisão bibliográfica, na qual perpassa entre autores como William Cavanaugh que versa sobre a relação existente entre religião e violência, Michael Charney, apresentando um breve histórico do Mianmar e Frank Usarki que pontua particularidades presentes no budismo. Em seguida, serão feitas reflexões, nas quais se avalia o papel da comunidade internacional enquanto responsável por promover condições para que o conflito étnico que assola o território mianmarenses se encerre definitivamente e os valores universais como o respeito aos direitos civis, políticos e humanos prevaleçam.

2 A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E RELIGIÃO

Em diversos momentos da história é comum encontrarmos a religião e a violência como elementos interligados entre si, gerando uma relação de causalidade, na qual autores defendem que a religião está propensa a violência, e é responsável pela maioria dos conflitos existentes. Entretanto esta assertiva trata-se de uma falácia, uma abordagem minimalista e incoerente que infelizmente fora aceita e incontestada por muito tempo. Assim, torna-se necessário ir além dos argumentos tradicionais que se concentram em categorizar as motivações da violência como de natureza política ou econômica, na tentativa de dissociar do elemento religioso. (CAVANAUGH, 2007.)

Em primeiro lugar, é impossível separar os motivos religiosos dos motivos econômicos e políticos de tal maneira que os motivos religiosos sejam inocentes da violência. Como alguém poderia, por exemplo, separar a religião da política no Islã, quando os próprios muçulmanos não fazem tal separação? Em segundo lugar, pode ser o caso de o cruzado ter desviado a verdadeira mensagem de Cristo, mas não se pode, portanto, desculpar o cristianismo de toda a responsabilidade. O cristianismo não é primariamente um conjunto de doutrinas, mas uma experiência histórica vivida incorporada e moldada pelas ações empiricamente observáveis dos cristãos [...]. Em certas condições, o cristianismo, o islamismo e outras religiões podem e contribuem para a violência. (CAVANAUGH, 2007.).

Ou seja, é ingênuo pensar que as questões religiosas podem ser distanciadas de causas políticas ou econômicas; basta analisar historicamente e entender como se deram as cruzadas, ou em que condições surgiu o fundamentalismo islâmico, por exemplo. Em ambas as ocasiões é perceptível o quanto a perspectiva religiosa é tão intrínseca às demais, sendo assim, é muito simplório considerar que os conflitos são incitados por motivações majoritariamente religiosas.

No entanto, William Cavanaugh afirma que mesmo sendo um argumento falho, foi bastante difundido no âmbito acadêmico por ajudar a legitimar a ideia de um Ocidente pacificador, racional encarregado de salvar e libertar o Outro religioso essencialmente irracional e violento.

O mito da violência religiosa ajuda a criar um ponto cego sobre a violência do estado-nação supostamente secular. Nós gostamos de acreditar que o estado liberal surgiu para fazer a paz entre facções religiosas em guerra. Hoje, o estado liberal ocidental é acusado do fardo de criar paz diante do fanatismo religioso cruel do mundo muçulmano. O mito da violência religiosa promove uma dicotomia entre *nós* no Ocidente secular que é racional e pacificadora, e *eles*, as hordas de fanáticos religiosos violentos no mundo muçulmano. *Sua* violência é religiosa e, portanto, irracional e divisiva. *Nossa* violência, por outro lado, é racional, pacificadora e necessária. Lamentavelmente, nos vemos forçados a bombardeá-los para a racionalidade mais elevada. (CAVANAUGH, 2007.)

Em síntese, pode-se desmistificar a relação entre os dois elementos (religião e violência) da seguinte forma: a religião surge eventualmente, no leque de possíveis motivações de conflitos, contudo não pode ser culpabilizada pela completude de sua ocorrência. Ainda que, a existência do universalismo, seja um componente preponderante quando inserido no discurso religioso assumindo caráter mais ofensivo.

A religião baseia-se no absoluto e no incondicional, e, como resultado, pode assumir características totalitárias [...]. Quando afirma validade absoluta e exclusiva, a convicção religiosa pode levar à intolerância, ao proselitismo sobrezeoso e à fragmentação religiosa [...] A religião pode aumentar a agressividade e a vontade para utilizar a violência [...] (HAYNES 2007, p. 79).

Embora as religiões possam provocar a violência, elas de alguma forma corroboram para a paz, todas elas abordam isso, afinal é mais comum vermos as religiões como propagadoras da paz e da harmonia entre os povos. A paz encontra-se relacionada até mesmo nas eventuais violências religiosas de modo que ao se justificarem sempre propõem a paz como o seu escopo. Conforme Francisco Aquino afirma as religiões dificilmente podem promover a paz, se não estão em paz entre si, por esta razão é indispensável que haja o diálogo inter-religioso. Diante disso, o autor ressalva que:

[...]. Não se trata, portanto, de comparar religiões; menos ainda de comparar concepções ou doutrinas religiosas. Sequer, trata-se de dialogar por dialogar. Trata-se, antes, de ver até que ponto e em que medida as diferentes religiões (com suas práticas, seus ritos/ símbolos, seus valores, suas concepções/doutrinas, seu potencial humanizador e/ou opressor etc.) e a interação entre elas podem ser, de fato, fermento de uma cultura de paz. [...] (AQUINO, 2011, p.371).

Entende-se, portanto, que o diálogo inter-religioso ao integrar povos de distintas tradições de fé por meio da conversa, os grupos e indivíduos podem compreender melhor uns aos outros, evidenciando os muitos pontos de concordância que provavelmente existem entre eles, um caminho para além da intolerância e demonização daquilo tido como diferente. Ou seja, uma alternativa que combate a insurgência de fenômenos como o fundamentalismo budista.

3 FUNDAMENTALISMO BUDISTA

É o termo utilizado para indicar uma série de ataques violentos contra minorias religiosas em países asiáticos onde a fé predominante é o budismo. Este fenômeno apresenta-se como um tipo de nacionalismo que interpreta o estado e a sociedade como essencialmente budista, e com isso, sustentam discursos de proteção da nação e apropriam-se de valores religiosos, no quais se deturpam a integridade nacional, legitimando assim, práticas violentas ou conflitos (JERRYSON; JUERGENSMEYER. 2010).

Contudo, o fundamentalismo o budista é dotado de uma variedade de idiosincrasias, dependendo do país onde é difundido. No caso específico do Mianmar as suas origens podem estar vinculadas ao passado colonial e à situação atual de instabilidade política – momento de transição de um regime militar para uma democracia – que leva ao questionamento de identidades nacionais transcorrem o âmbito religioso. Sendo assim, é preciso compreender quais os fatores contribuíram para o nacionalismo birmanês estar cada vez mais atrelado à ideologia budista. (SHARMA; ARORA, 2014)

Após cinquenta anos de isolamento da comunidade internacional, a Birmânia que vinha sendo controlada por uma junta militar, que tomou o poder através de um golpe de estado, desde 1962, sofre enfim, um processo de redemocratização, conferindo o poder a um governo quase civil em março de 2011. Vale destacar que apesar da junta militar ter sido dissolvida, o grau de influência exercida por ela é relevante, correspondente a um quarto das cadeiras do parlamento. Neste mesmo ano, o presidente Thein Sein, um antigo general eleito pelo parlamento, deu início a uma série de reformas que abriram espaço para a participação política e o desenvolvimento econômico (CHEESMAN, 2017).

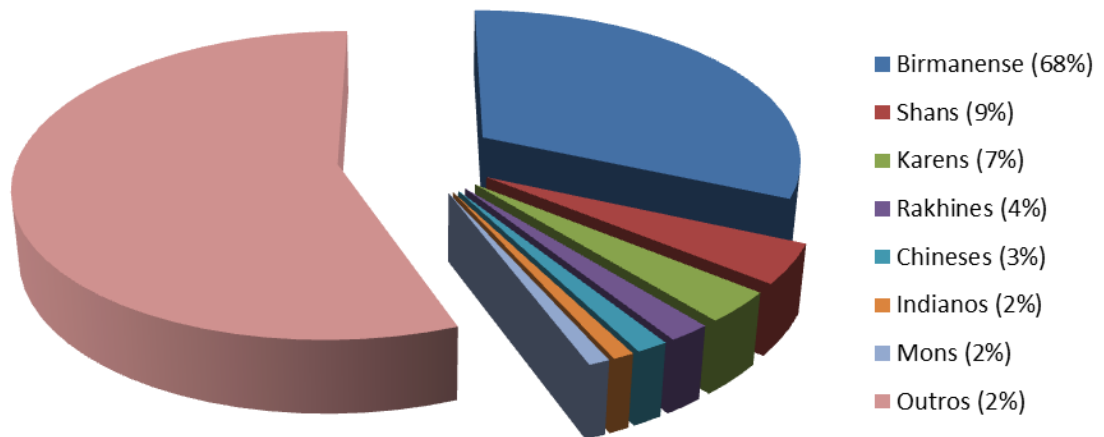
Dentre as medidas propostas por Thein Sein, estão a emancipação de centenas de prisioneiros políticos, a atenuação das restrições à imprensa, a anuência de manifestações pacíficas, a formação de sindicatos – abrangendo até mesmo a Liga Nacional pela Democracia, chefiada por Aung San Suu Kyi, que logrou uma importante vitória nas eleições de 2012 – e participação de partidos de oposição em eleições, além da promoção de acordos de cessar-fogo com vários grupos armados de minorias étnicas que combatem as forças do governo. (CHEESMAN, 2017).

A primeira eleição geral nacional desde 2011, ocorreu em 8 de novembro de 2015. Na ocasião, a Liga Nacional pela Democracia (LND) venceu com ampla vantagem, conquistando assim, o direito de escolher o próximo presidente. Todavia, conforme os autores Walton e Hayward, o triunfo recém-conquistado não resultou em avanços tão expressivos na busca por soluções frente as adversidades presentes na conjuntura birmanesa, visto que, a repressão aos opositores políticos ainda persistia, os investimentos estrangeiros, após a abertura econômica não atingiram a expectativa prevista. Ademais a crise que afetava uma parcela substancial da população rural graças à privação de suas respectivas terras derivou em mais um déficit no campo econômico, no qual apenas os “cronies”, a elite financeira do país que possuía vínculo com os militares se sobrepujava. (WALTON; HAYWARD. 2015).

O governo de Mianmar reconhece oficialmente a existência de 135 etnias no país, sendo que dos 51,4 milhões de habitantes, 68% são formados por birmaneses (ou bamar); 9% são shan; 7%, kayin (ou karen); 4%, rakhine (ou arakan); 2%, mon; 1,5%, kachin, entre outros, segundo censo de 2014. Como ilustrado na figura abaixo:

Gráfico 01 – Grupos étnicos no Mianmar

Grupos étnicos no Mianmar



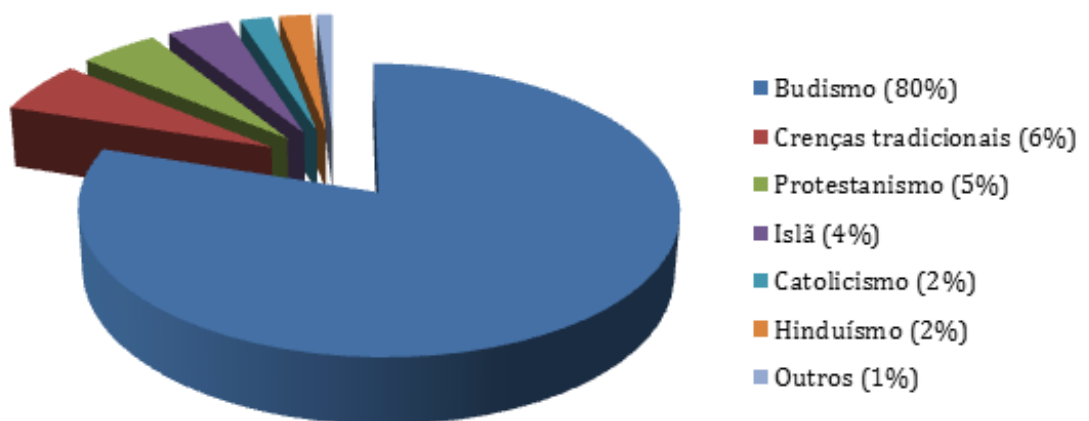
2014. Censu

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do censo de 2014.

Muitos desses grupos não-birmaneses habitam em áreas que fazem divisa com Bangladesh, Índia, China e Tailândia, com língua e costumes culturais próprios. O budismo theravada é adotado por 89% das pessoas, principalmente a maioria birmanesa; o cristianismo (batista, principalmente) é a fé de muitos que compõem as etnias karen, kachin e chin; o islã é a religião de 4% da população, e os demais 3% são devotos dos nats (espíritos) ou de outras religiões como hinduísmo e bahá'í.v (WALTON; HAYWARD. 2014. p. 4-5).

Gráfico 02 – Religiões no Mianmar

Religiões no Mianmar



2014. Censu

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do censo de 2014.

De acordo com Frank Usarski:

O budismo não é uma religião homogênea e tem dois ou três ramos principais, dependendo da classificação: theravada (seguido no Sri Lanka e Sudeste Asiático), mahayana (concentrado no Extremo Oriente) e vajrayana (o tibetano). O theravada é a corrente mais antiga do budismo atual, remontando a uma época anterior ao século I a.C., e tem sua ênfase no “conjunto de instruções práticas em prol da superação imediata das condições do samsara [ciclo de reencarnações] e da libertação do sofrimento”. Para alcançar o nirvana, é preciso se voltar para a vida monástica, pois as atividades mundanas dificultariam a rotina de disciplina espiritual exigida para se chegar a esse fim (USARSKI, 2009 p.36).

A grande variedade de etnias coexistindo em um mesmo território, tende a gerar tensões, principalmente porque cada uma delas luta pela garantia de seus respectivos interesses, que em sua maioria divergem do governo central (birmanês). A diversidade étnica e religiosa durante o regime militar, por exemplo, foi interpretada como algo prejudicial para a integridade do país. Tal comportamento corrobora com a configuração política em questão, uma vez que por ser um regime ditatorial, prima pela centralização como mecanismo de manutenção de poder. Neste sentido, a lógica de que para ser um autêntico cidadão de Mianmar era preciso ser budista – e etnicamente birmanês –, passa a ser propagada, um reflexo direto decorrente do entrelaçamento da identidade nacional birmanesa com a identidade da religião budista. (CHARNEY, 2009)

No entanto, essa correlação não é completamente nova, podendo ser encontrada desde a colonização britânica, ao entrar em contato com concepções de mundo modernas. A Birmânia foi controlada pelos ingleses no século XVIII, desde as três Guerras Anglo-Birmanesas – conflito que perpassa os anos 1824 e 1886 – até o ano de 1948, quando o país adquiriu sua autonomia. A emancipação política recém obtida refletiu diretamente nas comunidades e práticas budistas que foram transformadas paulatinamente e estimulou a desintegração de valores tradicionais e a fragmentação de instituições locais. Dentre as modificações ocorridas destacam-se o Palácio de Mandalay – antiga residência da nobreza – que se tornou o Forte Dufferin; o ostracismo do rei Thibaw (1878-86), e alteração do centro cósmico do regime, o Trono do Leão, de Mandalay para Rangoon (atual, Yangon), e ao final para Calcutá. (SCHOBBER; BERKWITZ. 2006).

De acordo com Schober e Berkwitz a administração colonial britânica também dissolveu uma tradição política que possuía apoio no simbólico: a hegemonia da monarquia

irradiava de um centro cósmico – retratado pelo Trono do Leão, em Mandalay – para o seu entorno.

O rei era um dhammaraja², sendo ao mesmo tempo comprometido com responsabilidades políticas e religiosas. Nessa sociedade, a força política do dhammaraja dependia da mobilização de rituais comunitários e outras práticas religiosas. Como um governante honrado, o dhammaraja deveria governar de acordo com a Lei Budista (dhamma) ou Verdade Universal. Uma parte importante do dever real era garantir a prosperidade do seu povo ao evitar a guerra e a fome; como representante religioso, deveria fazer doações para a sangha (a comunidade monástica) e construir pagodas e monastérios. Nessa cultura, a liderança política do dhammaraja baseava-se nas obrigações rituais e religiosas, uma vez que o poder real era culturalmente visto como uma expressão de mérito religioso; as comunidades monásticas também eram importantes para legitimar o dhammaraja no poder. Esse modo tradicional de governo acabou quando os britânicos conquistaram a capital do Reino da Birmânia, Mandalay, em 1885. (SCHOBER; BERKWITZ. 2006)

As tentativas de afastar o elemento religioso da esfera política continuaram por parte dos ingleses, porém tal persistência acabou causando um efeito contrário, ou seja, na medida em que o governo se mostrava reticente às tradições religiosas, não indicando o líder da sangha, um dever de responsabilidade do dhammaraja. Contribuía a instaurar uma lacuna na autoridade central monástica, acarretando numa perda no respeito pela soberania colonial.

Dessa forma, o budismo passa a se beneficiar com estas lacunas, ao passo em que se evidencia como um garantidor de equilíbrio frente às vicissitudes enfrentadas pela região, o budismo se consolida como um pilar de estabilidade social. Até mesmo o regime militar, que usurpou o poder em 1962, reconhecia que com o elemento religioso, havia a possibilidade de angariar legitimidade no governo. Para tanto, voltou seus esforços na promoção de uma administração pautada em valores morais budistas, visando à formação de uma sociedade composta por “budistas honrados”. Ainda assim, é importante salientar que conforme Walton e Hayward:

A maioria dos monges procurou manter distância do regime militar, colocando os monastérios a serviço da comunidade ao preencher espaços que deveriam ser ocupados por programas governamentais nas áreas de educação, saúde pública e de ajuda humanitária após desastres naturais, como quando o ciclone Nargis atingiu o país em 2008 matando pelo menos 146 mil pessoas. Muitos monges também participaram de protestos contra o governo em 1988 (Levante 8888) e em 2007, momento este que ficou conhecido como Revolução de Açafrão. (WALTON; HAYWARD. 2014).

Como foi apresentado no decorrer deste tópico o fundamentalismo se manifesta e se difunde como uma resposta aos grandes períodos de instabilidade sofridos, tornando o vínculo entre as identidades religiosa e nacional cada vez mais sólido. A seguir serão abordadas as

² Rei Justo, aquele que pratica o dhamma

origens das tensões entre muçulmanos e budistas, algo essencial para compreender como estas hostilidades evoluem até se transformarem numa das maiores crises humanitárias desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

4 AS ORIGENS DAS TENSÕES ENTRE MUÇULMANOS E BUDISTAS NO TERRITÓRIO MIANMARENSE

A grande maioria dos muçulmanos em Mianmar é constituída por sunitas, entretanto existem também xiitas, sufis e outros grupos islâmicos. Surgem no território birmanês desde o século XI num primeiro momento com o intuito de promover trocas comerciais. Os mercadores muçulmanos vinham da Ásia Central e de outras partes do sudeste asiático. Posteriormente, graças à dominação britânica, muçulmanos (e hindus) imigravam para o país como funcionários a serviço do império. A população muçulmana atual é formada por descendentes de indianos, malaios e chineses.

Enquanto que o Império Pagan (1044-1297), foi o responsável pela ascensão cultural dos birmaneses e pela expansão do budismo theravada na região, a Dinastia Konbaung (1752-1885), definiu, com suas guerras expansionistas, as fronteiras de Mianmar. Dentre os territórios que foram conquistados pelos konbaung, evidencia-se o Reino de Mrauk U criado em 1430, com um histórico conturbado de dominações e foi anexado à região de Chittagong – atual baía de bengala em Bangladesh.

Após a derrota para os europeus, durante a 1ª Guerra Anglo-birmanesa (1824-1826), os konbaung foram obrigados a assinar o Tratado de Yandabo, que, entre outras coisas, cedeu o território do antigo Reino de Mrauk U para o Raj britânico. Uma das causas da guerra foi o apoio britânico aos separatistas em Arakan, que levou os konbaung a acreditarem que o conflito armado com o império britânico era inevitável. (CHARNEY, 2009).

Segundo Michael Charney:

Posteriormente o reino se tornará Rakhine (ou Arakan), um estado, localizado na costa oeste do país mianmarenses na divisa com Bangladesh, constituído de um povo majoritariamente pertencente à etnia rakhine, muitos dos quais são budistas, embora não deixam de ser uma minoria em um país de maioria birmanesa. Sua identidade foi, desde então, construída em parte pautada na “sensação de se estar cercado (e conquistado) por reinos muçulmanos a oeste e reinos birmaneses (budistas, mas etnicamente distintos) a leste (CHARNEY, 2009).

Na tentativa de viabilizar economicamente o território, a Companhia Britânica das Índias Orientais incentivou a imigração bengali para o território recém-conquistado, inclusive para Arakan. A onda migratória, por sua vez, apesar de impulsionar a economia local, despertou a xenofobia nas etnias autóctones.

Assim como ressalvam os autores:

As repressões se iniciam ainda no período colonial, em 1930, por exemplo, já há incidência de ataques contra imigrantes indianos, que eram vistos como representantes simbólicos do poder colonial, em 1938, por sua vez, os atos violentos se direcionam mais precisamente contra muçulmanos, não obstante seu caráter anticolonial. Além disso, com a instauração da junta militar, os muçulmanos foram destituídos das Forças Armadas. Outros ataques anti-islâmicos aconteceram em 1997, em Mandalay, e em 2001, em Taungoo (cidade a cerca de 200 quilômetros de Yangon). (WALTON; HAYWARD. 2014,).

É importante salientar que o surgimento do exército imperial japonês, que invadiu a Birmânia britânica em 1942 estimulou eclosão de tensões étnicas. Sendo assim, em Arakan as agressões entre grupos étnicos foram assumindo um caráter mais ofensivo. Com a divisão da Índia e a conseqüente criação do Paquistão³, os mujahideen – os guerrilheiros muçulmanos – em Arakan, tentaram persuadir Muhammad Ali Jinnah, o patriarca do Estado do Paquistão, a anexar algumas cidades muçulmanas da Birmânia britânica. O Estado muçulmano do Paquistão, que seria criado no ano seguinte de 1947, decidiu por não interferir na política interna da Birmânia britânica. Esse desejo dos mujahideen surgiu como parte da promessa feita pelos ingleses durante a 2ª Guerra Mundial de separá-los da província de maioria budista. Compromisso este, que não fora empreendido. (CHARNEY, 2009)

Mais adiante, especialmente na década de 1970, a imigração de muçulmanos chegou a tal ponto que levou a população budista rakhine a protestar efetuando greve de fome. Os rakhines temiam a mudança demográfica na região, causada pelo êxodo de bengalis fugindo do conflito oriundo da separação de Bangladesh. Para refrear os conflitos, uma série de operações militares foram instauradas por Tatmadaw – Forças Armadas Mianmarenses – ocasionando, por conseguinte na emigração de 200 mil refugiados rumo a Bangladesh naquele ano. (CHEESMAN, 2017)

³ A divisão da Índia conduziu à criação em 14 de agosto de 1947 e 15 de agosto de 1947, respectivamente, de dois Estados soberanos, como resultado da independência da Índia britânica concedida pelo Reino Unido: o Domínio do Paquistão (posteriormente República islâmica do Paquistão); e a União Indiana (posteriormente República da Índia). Refere-se à divisão da província de Bengala da Índia britânica na província paquistanesa de Bengala Oriental (posteriormente Paquistão Oriental hoje Bangladesh) e da província indiana de Bengala Ocidental. (CHATTERJI, 2002)

Em contrapartida, devido às tensões que emergiam e se consolidavam Nick Cheesman denota ainda, a existência de movimentos que articularam-se com o passar dos anos, lutando em favor dos muçulmanos atuando como uma espécie de resistência:

Desde então, várias guerrilhas surgiram em nome dos muçulmanos de Arakan, tais como: Mujahideen (1947), Movimento Islâmico Rohingya (1970), Partido da Liberação Rohingya (1972), Frente Patriótica Rohingya (1974), Frente Islâmica Arakanesa Rohingya (1986), Organização de Solidariedade Rohingya (1990), Organização Nacional Arakanesa Rohingya (1998), Harakah al-Yaqin / Exército Arakanês de Salvação Rohingya (2016). [...] Além dos guerrilheiros muçulmanos, Mianmar presenciou uma série de outros grupos com intenções separatistas são eles: Organização da Defesa Nacional Karen (1947), Exército de Liberação Nacional Karen (1949), Exército Karenni (1957), Exército de Independência Kachin (1961), Exército Nacional Chin (1988), Exército Unido do Estado Wa (1989), Exército Nacional de Libertação Ta'ang (1992), Exército Sul do Estado Shan (1996). (CHEESMAN, 2017,).

A maioria dos birmaneses rejeita a alegação de que os rohingya sejam originais de Rakhine, considerando-os, na verdade, “imigrantes bengalis ilegais”. Nas últimas décadas, a desigualdade econômica e o distanciamento geográfico entre os budistas rakhine e os muçulmanos rohingya cresceram gradualmente. Além disso, ainda persiste o temor de que a comunidade rohingya supere demograficamente os rakhine, seja por taxa de natalidade mais expressivas ou pelo amplo fluxo de imigração ilegal. Estimativas de 2014 apontavam que os rohingya totalizavam cerca de 1 milhão de pessoas, e que a maioria dos distritos fronteiriços do estado era constituída por 90% de muçulmanos. (KINGSTON, 2015).

Em 1982, o governo aprovou a Lei de Cidadania de Mianmar. De acordo com essa lei, existem três categorias de cidadãos. Aqueles que possuem cidadania completa, os cidadãos associados e os naturalizados. Sendo possível adquirir cidadania aqueles que já estavam na terra por duas gerações, ou que se casaram com algum cidadão de Mianmar. A descendência dos cidadãos associados possui cidadania completa, desde que ambos os pais possuam algum grau de cidadania. Terão cidadania completa aqueles que pertencem aos povos kachin, kayah, karen, chin, bramá (birmanês) mon, rakhine, shan ou qualquer outro grupo étnico que tenha se estabelecido em Mianmar antes de 1823⁴ (CHEESMAN, 2017).

Essa definição já fazia parte da lei anterior de cidadania, com a diferença de que os rakhine eram referidos como arakaneses: os habitantes do estado de Arakan, que inclui os muçulmanos que habitavam o Reino de Mrauk U. Serão cidadãos associados aqueles que adquiriram cidadania conforme a Lei de Cidadania da União

⁴ Os rohingya apesar de viverem em Mianmar há séculos, não são reconhecidos pela Lei de Cidadania Birmanesa de 1982, como um dos mais de 100 grupos étnicos do país, e, portanto, são considerados um povo apátrida.

de 1948. Já os cidadãos naturalizados são aqueles que migraram para Myanmar antes de 1948, mas obtiveram cidadania apenas após a lei de 1982. Os descendentes daqueles que não se tornaram cidadãos de Mianmar e cujos pais já residiam no território antes de 1948 poderão se tornar cidadãos naturalizados, desde que forneçam provas de ligação com o território. A descendência dos cidadãos naturalizados possui cidadania completa, desde que ambos os pais possuam algum grau de cidadania. (CHEESMAN, 2017).

Ao estrangeiro é vedada a aquisição de cidadania. Mas aos seus filhos é permitido se tornar um cidadão naturalizado, desde que o outro ascendente possua algum grau de cidadania. Verifica-se então, que o conceito de cidadania completa, presente tanto na lei de 1948, ano em que ocorreu a independência de Mianmar, quanto na lei de 1982, constrói a ideia de nacionalidade, onde será entendido como nacional aquele que puder comprovar a sua ligação com o território, seja por fazer parte de uma etnia historicamente presente, seja por ser descendente de alguém que se ligou ao solo durante o período colonial.

Em junho de 2012, três muçulmanos violentaram uma garota budista, o episódio foi suficiente para inflamar ainda mais as hostilidades preexistentes, uma vez que budistas da etnia rakhine em represália, mataram dez muçulmanos em um ataque a um ônibus; sucedendo diversas mortes de ambos os lados. Muitos rohingya refugiaram-se em assentamentos temporários, onde ainda habitam.

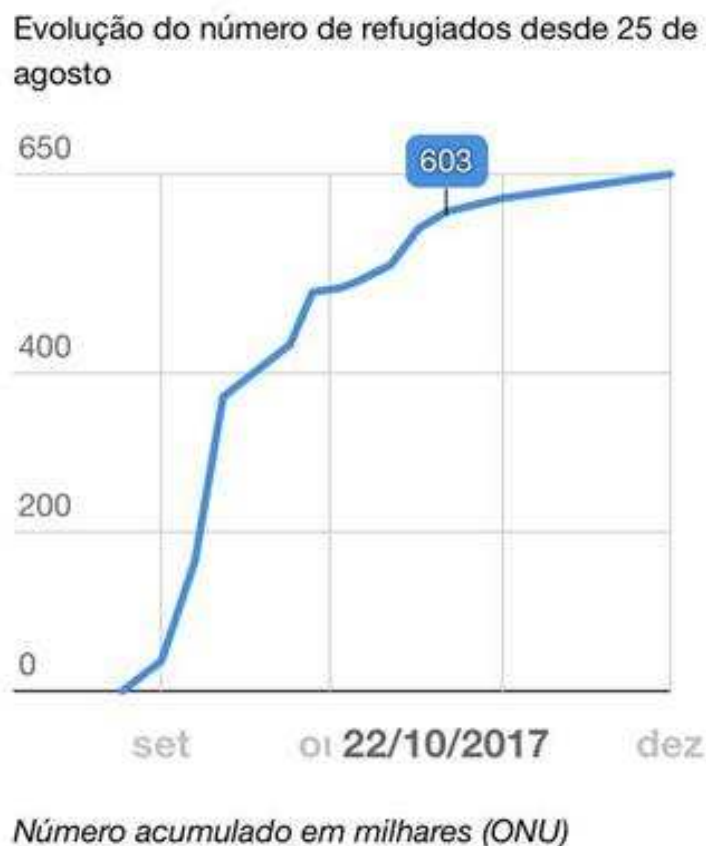
Sobre esse ciclo incessante de hostilidades Walton resume que:

Até junho de 2012, a violência religiosa declarada se concentrava entre os budistas e muçulmanos de Rakhine, e não no país como um todo. Esse conflito acabou por se espalhar para outras regiões de Mianmar. Em março de 2013, mais de 40 pessoas morreram na cidade de Meikhtila, no centro do país, e onde vive uma maioria da etnia birmanesa, após protestos anti-islâmicos, em que budistas queimaram casas, mesquitas e escolas muçulmanas, em reação a uma disputa sobre a propriedade de uma loja de joias e ao assassinato de um monge budista por um grupo de muçulmanos. Em maio de 2013, atos anti-islâmicos também aconteceram em Lashio, situada no estado Shan (região com um grupo armado da etnia shan que, geralmente, entra em confronto com militares birmaneses); em outubro de 2013, conflitos do mesmo tipo aconteceram na área de Thandwe, uma cidade no estado de Rakhine. Em 2014, houve ações da mesma ordem em Mandalay, onde um budista e um muçulmano foram mortos; também houve atos antiislâmicos em Yangon. (WALTON, 2014).

No início de 2015, milhares de budistas promoveram protestos contra uma lei que permitiria aos “residentes temporários” que detêm “documentos brancos” – entre os quais, os rohingya – votar nas eleições marcadas para este ano. A atitude foi rechaçada pelos manifestantes, uma vez que eles a entendiam como uma tática para políticos angariarem votos; em prol dos representantes dos rohingya. O presidente Thein Sein então, revogou essa lei, e os rohingya não puderam se candidatar e nem votar nas eleições desse mesmo ano. (CHEESMAN, 2017).

A crise humanitária dos rohingya foi descrita pela ONG Humans Right Watch como “limpeza étnica”, a Anistia Internacional (AI) declarou que os rohingya são "vítimas de um apartheid" e a ONG Médicos Sem Fronteiras denunciou que, apenas no primeiro mês da ofensiva militar birmanesa, ao menos 6.700 rohingyas foram mortos pela brutal perseguição. Das 9 mil mortes registradas neste período pela organização humanitária, 71,7% foram provocadas pela ofensiva lançada por Exército, polícia e milícias birmanesas contra grupos rebeldes da minoria muçulmana, segundo a MSF.

Figura 01 – Fuga de rohingyas para Bangladesh



Fonte: O GLOBO com base nos dados fornecidos pela Agence France Press (AFP) em 2017.

O relatório conta que, nas primeiras horas de 25 de agosto de 2017, a ARSA (Exército de Salvação Arakan Rohingya) lançou ataques coordenados contra uma base e até 30 postos avançados de segurança em todo o estado de Rakhine, em resposta ao aumento da pressão sobre as comunidades de rohingya e com o objetivo de chamar atenção. Na ocasião havia um pequeno grupo de líderes minimamente treinados que possuíam algumas armas e alguns aldeões. Doze seguranças foram mortos.

A retaliação do exército Birmanês, lançada em poucas horas, foi imediata, brutal e grosseiramente desproporcional. Ostensivamente para eliminar a “ameaça terrorista” representada pela ARSA, nos dias e semanas que se seguiram, foi possível constatar que os ataques afetaram centenas de aldeias de Maungdaw, Buthidaung e Rathedaung. As operações foram direcionadas e aterrorizaram toda a população rohingya. As autoridades as chamavam de “operações de limpeza”. Como resultado, em meados de agosto 2017, cerca de 725.000 rohingyas fugiu para Bangladesh.

Como abordado anteriormente neste artigo, as atrocidades cometidas contra a minoria muçulmana são um reflexo de um sentimento xenófobo difundido por extremistas religiosos que se utilizam do fundamentalismo budista, o mais relevante dentre eles é o movimento 969.

4.1 O Grupo 969

As origens do grupo não são tão claras e precisas, contudo monges que fazem parte do movimento afirmam que ele é descentralizado, reúne monges e seculares e nasceu em 2012 na cidade de Mawlamyine, no estado Mon. Os números correspondem às três joias do budismo: os nove atributos de Buda, os seis atributos de seus ensinamentos e os nove atributos da sangha⁵. O logo do grupo inclui, além dos números 969 em caracteres birmaneses, um pilar de pedra rodeado por três leões, que representa o antigo pilar do imperador Ashoka, que teria se convertido ao budismo depois de conquistar a região que hoje é a Índia, no século III a.C.

A numeração 969 é compreendida pelo grupo como um antagônico figurado do número 786, uma taquigrafia numerológica para o Islã que corresponde a “Bismillah ar-Rahman ar-Rahim” (“em nome de Allah”), usada entre alguns muçulmanos nos países asiáticos. 786 possui uma finalidade pragmática, serve como um instrumento de identificação, no qual, algumas empresas muçulmanas, por exemplo, (especialmente os restaurantes) exibem uma espécie de adesivo com a numeração 786 para informar aos clientes que no local é servida comida halal⁶, ou até mesmo indicar que o estabelecimento é de propriedade muçulmana. O movimento 969 por sua vez, se apropria desta prática com o objetivo de instituir um mecanismo similar por empresas de propriedade budista através da distribuição de adesivos com a numeração 969. Além disso, há um grande incentivo voltado para

⁵ Sangha ou sanga (em páli, saṅgha; em sânscrito, संघ samgha) é uma palavra em páli ou sânscrito que pode ser traduzida aproximadamente como "associação", "assembleia" ou "comunidade" com um objetivo, visão ou propósito comuns, "ordem religiosa".

⁶ Halal (em árabe: حلال; transl.: ḥalāl , "permitido, autorizado") é uma palavra que se refere, no islão, aos comportamentos, formas de vestir e de falar, alimentos que são permitidos pela religião, sendo o seu antônimo haraam

investimentos em apenas estabelecimentos de propriedade budista. (WALTON. 2005, s/p. WALTON, HAYWARD. 2014).

Contudo, é preciso pontuar que o movimento 969 não é a única mobilização de natureza ultranacionalista no Mianmar, de acordo com Walton e Hayward desde 2014 é comum evidenciar a insurgência de várias outros, inclusive mais centralizados e com medidas e estratégias bem definidos.

[...]. Uma das mais importantes é a Organização para Proteção da Raça e da Religião (A-myo Batha Thathana Saun Shauq Ye a-Pwe, em birmanês, mais conhecida por sua forma abreviada MaBaTha), fundada em janeiro de 2014 por monges em Mandalay. As mensagens ainda são ambivalentes pois, ao mesmo tempo que defendem a noção de uma identidade budista, procuram pregar paz e tolerância inter-religiosa. Mesmo assim, é preciso destacar que associações com esse perfil podem ser uma reação à proibição do uso político do símbolo do 969, oficializada em setembro de 2013, pelo principal comitê da comunidade monástica (sangha) de Mianmar, ou até como um reflexo de mudanças nas estratégias políticas, já que muitos desses grupos nacionalistas budistas passaram a trabalhar em conjunto com partidos políticos. (WALTON; HAYWARD, 2014)

Em linhas gerais o grupo extremista budista se popularizou devido à ampla notoriedade do mais conhecido integrante, o monge U Wirathu (“U” é um termo honorífico birmanês), esta personalidade se converteu no principal símbolo das mobilizações anti-islâmicas exercidas pela comunidade monástica contra a população muçulmana na região, a face do terror budista.

Militante político, preso em 2003 acusado de promover motins de natureza anti-islâmica em Mandalay U Wirathu foi libertado nove anos depois, graças a anistia geral fornecida pelo governo em 2012. Mesmo ano em que as tensões em Rakhine se intensificaram, cenário onde o monge iria se destacar novamente, agora por liderar uma marcha que reuniu milhares de monges em Mandalay, pedindo aos birmaneses que apoiassem a proposta do presidente birmanês Thein Sein, feita à ONU, de enviar os 800 mil rohingya de Rakhine para um outro país, uma vez que representariam um “risco” à integridade nacional.

Na concepção do monge, há um esforço voltado para uma campanha de islamização no Mianmar que deve ser combatida veementemente, segundo ele em 1996, um monge que havia deixado o islã pelo budismo lhe deu um documento que era disseminado dentro da comunidade muçulmana. Neste documento continha “estratégias de islamização” de Mianmar, que incluía desde dominação econômica do país, até a realização de casamento com mulheres budistas para forçá-las a se converter ao islã e dar à luz ao maior número possível de

crianças muçulmanas. Em contrapartida, o monge sugere uma lei que proíba o casamento interfés,

A “lei de proteção à raça nacional” propõe que mulheres budistas que desejem se casar com não budistas devem ter a autorização dos pais e de oficiais governamentais locais. Já homens não budistas que queiram se casar com mulheres budistas devem se converter ao budismo. Apesar de grupos de mulheres e de direitos humanos terem rechaçado essa legislação, ela recebeu o apoio de vários setores da sociedade birmanesa, inclusive de membros da Liga Nacional pela Democracia (LDN), partido de Aung San Suu Kyi – a ativista, ao contrário, afirmou que era uma “violação dos direitos humanos e das leis do país (WALTON; HAYWARD. 2014).

Neste sentido, pode-se notar o quanto a questão política está atrelada ao empenho em se combater uma hipotética campanha de islamização no Mianmar. Enfatizando novamente o argumento de que as relações conflituosas existentes não podem ser compreendidas apenas pela perspectiva religiosa sem levar em conta elementos políticos, econômicos, étnicos e culturais.

Wirathu nega qualquer responsabilidade pelas violências cometidas contra muçulmanos, mesmo que muitos de seus sermões com mensagens anti-islâmicas sejam vistos por muitas pessoas na internet e em DVDs que circulam pelo país. Os adeptos ao grupo defendem que o propósito do movimento é simplesmente defender o budismo e julgam qualquer evidência que ameace a imagem do movimento negativamente – como o fato de que "969" foi encontrado pintado por spray nas paredes de edifícios destruídos na cidade de Meikhtila – ao fato de que "outros" fora do seu controle estão difamando um símbolo sagrado.

A culpa, foi atribuída aos muçulmanos tidos como os instigadores dos piores incidentes. Enquanto que Wirathu afirmou ter ido para a área afetada apenas para expor a autoria descarada das populações muçulmanas locais pelos tumultos, apesar de evidências amplas em contrário. (WALTON, HAYWARD. 2014)

É importante salientar que nem toda a comunidade monástica compactua com as ações violentas e extremistas realizadas pelo grupo, contudo dada a falta de clareza nas informações pertinentes a ele, não é possível apontar em dados estatísticos quantos de fato apoiam o movimento e quantos se opõem.

Após este panorama geral sobre o grupo 969, no qual pontuou-se as origens do movimento, suas principais características e como se popularizou, enquanto mobilização nacionalista predominante responsável por disseminar um sentimento xenófobo em Mianmar.

A seguir será avaliada a atuação da comunidade internacional frente à crise humanitária que aflige o território desde 2012.

5. A ATUAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Dada a complexidade do conflito étnico-religioso vivenciado pelo Mianmar torna-se importante a atuação da comunidade internacional enquanto responsável por promover os meios capazes de cessar as hostilidades existentes de forma permanente e garantir que os valores universais que permeiam as nações sejam assegurados, em particular os direitos civis, políticos e claro, humanos. Nesse sentido neste tópico serão analisadas as ações de alguns atores internacionais que agem, de alguma forma, corroborando na construção de paz, calcada sobretudo, no diálogo inter-religioso e na conciliação dos povos.

Segundo a Agência de Notícias do Vaticano, Fides os líderes religiosos no Mianmar demonstram seu descontentamento e preocupação com os novos embates na contenda civil entre os grupos armados das minorias étnicas e o exército birmanês ocorridos nos estados de Kachin e Karen, bem como com as novas violências religiosas contra a minoria muçulmana rohingya no estado de Arakan, que emergiram exatamente após a conferência nacional sobre as minorias étnicas, idealizada em setembro pelo governo birmanês.

O cardeal Charles Maung, Bo, arcebispo de Yangon frisa em sua carta enviada à Fides a possibilidade em se ter uma visão positiva e esperançosa acerca da realidade mianmareense, ainda que haja a incidência de novas tensões, muitas vezes motivadas por questões antigas que ainda persistem mal resolvidas:

A democracia está nascendo; tivemos uma nova conferência de Panglong, com a participação de todos os grupos minoritários. O nosso país é observado pelo mundo; milhões de turistas chegam anualmente para visitar esta nação. Tivemos eleições pacíficas, temos um Parlamento legítimo. O presidente Daw Su dirige a nação com confiança e sabedoria. Nossos sonhos estão lentamente se tornando realidade. Apreciamos profundamente todos os que trabalharam por isso [...]. [...]. O pesadelo da guerra continua. Mais de 200.000 são desalojados internos. Aos antigos conflitos, somam-se novos. Com a presença de refugiados, prolifera o tráfico de seres humanos, o fenômeno da droga e da violência pode explodir nas comunidades. Os conflitos internos provocaram sofrimentos crônicos em milhares de pessoas, desencorajando o desenvolvimento humano e provocando mais rancores (FIDES, AGENZIA, 2016)

Além disso, os líderes religiosos inclusive relembram que em 1947 o general Aung San, Primeiro-ministro do primeiro governo da nação, “teve a atenção de envolver todos no diálogo, explorando antes os fatores de acordo e deixando as questões controversas para

depois. Aung San favoreceu uma solução federal”. (MAUNG BO, 2016.) E por fim, o Cardeal conclui a carta realizando um apelo a comunidade internacional para que a mesma intervenha no conflito de modo que as partes beligerantes percebam que independente das divergências que possam existir entre si, todos fazem parte de uma unidade, com um propósito em comum.

Apelamos a todos vocês, líderes políticos da Liga Nacional pela Democracia, líderes militares, líderes de grupos armados, partidos políticos étnicos e grupos da sociedade civil, para explorar uma política comum de resolução de conflitos. Apelamos às lideranças religiosas para que sejam instrumento de paz. Mianmar precisa hoje de uma só religião: a paz, nossa religião comum. Somos irmãos e irmãs. Urge deter as guerras e construir paz e justiça para todos. (FIDES AGENZIA, 2016.)

Pouco tempo após a Organização das Nações Unidas, ter exortado Mianmar a paralisar as operações militares contra a minoria, alegando a execução de um plano de "limpeza étnica", a Igreja Católica, organizações da sociedade civil e várias ONGs internacionais expressaram plena aprovação pela decisão da ONU de estabelecer um inquérito oficial e uma missão para investigar as violações dos direitos humanos contra os muçulmanos rohingya no Estado de Rakhine, em Mianmar. A medida foi oficializada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU que promoveu uma "missão de inquérito internacional independente" a fim de "certificar a plena responsabilidade e garantir justiça para as vítimas" de violações dos direitos humanos em Rakhine.

Dentre as organizações que apoiaram o inquérito como um instrumento importante para iniciar a longa jornada em busca da proteção do grupo étnico marginalizado destaca-se a ONG de natureza cristã "Christian Solidarity Worldwide" (CSW), que em nota à Fides aponta:

A resolução do Conselho da ONU para os Direitos Humanos envia uma mensagem importante para o povo de Mianmar: a comunidade internacional se compromete a enfrentar a situação devastadora do país, especialmente no estado de Rakhine. Lamentamos o fato de que o governo birmanês tenha se dissociado da presente resolução e o exortamos a colaborar plenamente com a missão a fim de certificar os fatos, garantindo acesso total e irrestrito aos enviados da ONU, particularmente no estado de Rakhine, mas também nos estados de Kachin e Shan. Há, de fato, notícias de graves violações dos direitos humanos também no norte do país. (FIDES, AGENZIA 2017).

Sendo assim a CSW reforça mais uma vez, o pedido destinado ao Exército birmanês para cessar imediatamente a ofensiva militar em Rakhine a fim de permitir o acesso imediato das ajudas humanitárias aos deslocados. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUR), por sua vez se manifestou sobre a problemática por intermédio de um grande relatório sobre as violações dos direitos humanos no Estado de Rakhine,

publicado em fevereiro de 2017. O documento reporta que há uma "política orquestrada por um grupo étnico ou religioso a fim de aterrorizar a população civil de outro grupo étnico ou religioso" e, com isso, expulsá-la de um determinado território. De acordo com o relatório, desde outubro de 2016 foram contabilizados cerca de 90 mil os deslocados rohingya, internos ou nas fronteiras.

O ano de 2017 recebeu uma conotação especial quando a Igreja Católica o nomeou como o "Ano da Paz". Medida simbólica, que faz alusão ao interesse expresso pela Santa Sé e pela República de Mianmar que de comum acordo decidiram estabelecer relações diplomáticas. A decisão chegou depois de um encontro ocorrido em 4 de maio entre o Papa Francisco e a líder Aung San Suu Kyi, Conselheira de Estado e ministra do exterior birmanesa. Quando questionado pela Fides acerca das vicissitudes que assolam o território mianmarenses, o bispo John Hsane Hgyi, que governa a diocese de Patheingyi, demonstra esperança e satisfação com os avanços diplomáticos conquistados até então.

Estamos felizes por esta decisão, pela evolução positiva e pelos passos rumo às mudanças. Sentimos uma certa confiança no povo. É preciso considerar que o atual executivo está no poder há apenas um ano e para constatar mudanças em questões mais complexas será preciso tempo. Agradecemos também a líder Aung San Suu Kyi por seu empenho. As pessoas confiam nela e muita gente de boa vontade está trabalhando pelo bem comum do país". (FIDES AGENZIA, 2017.)

Para o bispo um dos principais desafios a serem enfrentados dizem respeito a como solucionar os conflitos com as minorias étnicas, uma vez que os combates entre exército e grupos rebeldes se intensificaram. Mesmo assim, ele se mostra esperançoso, com o encontro nacional organizado a com intuito de chegar a um cessar-fogo geral.

Esperamos que todos os grupos étnicos possam aderir e que haja um efetivo passo avante rumo à pacificação nacional. Todos os povos de Mianmar e todas as religiões desejam a paz: hoje, a nação precisa de um esforço de todos para virar página e alcançar o suspirado bem da paz". Também sobre a delicada questão dos muçulmanos rohingya, no sul do país, "a Igreja católica expressa a máxima solidariedade com seus sofrimentos e auspícia soluções que respeitem a dignidade e os direitos humanos, segundo critérios de paz e justiça" (FIDES AGENZIA, 2017)

Entre os pontos cruciais, segundo Dom John Hsane Hgyi, "um diz respeito à Constituição: de fato, hoje ainda temos os militares à frente de alguns escritórios governamentais e até que a Carta fundamental não for mudada, esta situação permanece um obstáculo no caminho da autêntica paz". Outro desafio é "combater a pobreza e trabalhar

seriamente para o desenvolvimento econômico, que floresce num contexto nacional pacificado e fecundo para o bem-estar de todos”. (HSANE HGYI, 2017.)

É possível compreender, com a atuação de lideranças religiosas em Mianmar ainda que, expressas em sua maioria como de natureza Cristã – uma das vertentes religiosas mais antigas e respeitadas do mundo – a ampla capacidade da religião, enquanto fator encarregado de não só agir como propulsor para construção e manutenção da paz, bem como harmonização entre diferentes comunidades. Sabe-se também que os conflitos por mais que sejam categorizados como essencialmente religiosos, os fatores políticos e econômicos não podem ser desconsiderados. Ciente disto é válido salientar ainda neste tópico como o posicionamento de alguns países se consolida a partir dos interesses inerentes de cada um e como a busca pela maximização destes afeta a crise humanitária em questão.

A Índia e a China são importantes potências regionais e ambas agiram contra os rohingya a pedido de Mianmar. A China bloqueou as tentativas de tratar de forma significativa o tratamento abusivo de Mianmar contra os rohingya no Conselho de Segurança da ONU, usando seu veto para criar laços diplomáticos mais fortes com o regime birmanês. Enquanto isso, a Índia, que está aprofundando o envolvimento militar com Mianmar como um baluarte da influência chinesa, anunciou que irá deportar 40 mil rohingya que fugiram para a Índia em busca de asilo. (KINGSTON, 2015.)

Da mesma forma, Bangladesh, que há muito tempo é um refúgio para rohingyas, que abriga 400 mil pessoas, recentemente empurrou rohingyas de volta para Mianmar. As ações da Índia e Bangladesh estão em clara violação do direito internacional. O princípio de não repulsão, amplamente considerado como parte do direito internacional consuetudinário, proíbe expressamente os Estados de devolverem um refugiado a um território onde estarão sujeitos à perseguição. A comunidade internacional deve condenar decisivamente as ações da Índia e de Bangladesh e pressionar esses estados a cumprir suas obrigações legais. (CHEESMAN, 2017.)

Apesar de não mostrar a mesma insensibilidade mostrada pelos vizinhos imediatos de Mianmar, a resposta da comunidade internacional à violência tem sido inadequada. A ONU, os Estados Unidos e a Organização da Cooperação Islâmica emitiram condenações padrão e a maioria muçulmana da Indonésia tem sido a mais ativa, enviando seu ministro das Relações Exteriores para conversações urgentes com Mianmar.

No entanto, as condenações por si só não são suficientes. A comunidade internacional deve adotar uma abordagem em duas frentes para ajudar os rohingya. Primeiramente, medidas

punitivas, como sanções, devem ser tomadas contra o governo de Mianmar para demonstrar que a comunidade internacional denuncia as ações do Tatmadaw. Em segundo lugar, e mais importante, a comunidade internacional deve tomar medidas imediatas para aliviar o sofrimento do povo rohingya, fornecendo ajuda humanitária e auxiliando proativamente os rohingya na busca de asilo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste artigo pode se concluir, que os principais elementos responsáveis por motivar uma radicalização do budismo no Mianmar estão diretamente relacionados com o fortalecimento do vínculo entre religião e política, ao passo em que o budismo se apresentou como uma resposta a instabilidade que assola a região, desde seu período colonial. Com as identidades religiosa e nacionalista cada vez mais intrínsecas entre si, a lógica de que para ser um autêntico cidadão de Mianmar era preciso ser budista – e etnicamente birmanês, passa a ser propagada, de modo que o fundamentalismo budista surge e se consolida.

Nesse sentido, o fundamentalismo budista especialmente retratado nas ações do grupo extremista 969 propagam e incitam até hoje um sentimento regado de xenofobia, especialmente, por combaterem a todo custo uma suposta islamização do Mianmar, colocando os muçulmanos na condição de “ameaça” à integridade nacional. Sendo assim, os rohingya se inserem nesse contexto, como povo apátrida, vítimas de uma violência religiosa declarada intensa desde 2012.

Em contrapartida, o Exército de Mianmar nega todas as acusações de crimes contra a minoria e parte da responsabilidade pelos crimes recaiu sobre Aung San Suu Kyi, líder de fato de Mianmar e vencedora do prêmio Nobel da Paz de 1991, que até hoje não tomou uma posição firme em defesa dos rohingyas, e graças à sua inércia diante os acontecimentos as honrarias dedicadas a ela, em sua maioria estão sendo postas em cheque e até cassadas, dentre eles a Cidadania canadiana honorária; prêmio de direitos humanos do Museu do Holocausto dos EUA; título da Liberdade de Oxford; prêmio da Liberdade de Edimburgo e recentemente em novembro deste ano, a Anistia Internacional retira o título de Embaixadora da Consciência dado à líder birmanesa em 2009.

A crise humanitária foi considerada pela ONG Human Rights Watch como um episódio de limpeza étnica e a ONU ressaltou indícios de genocídio, sanções comerciais impostas ao Mianmar, além disso, houve a visita do Papa Francisco à Mianmar e Bangladesh

em novembro de 2017, onde, o líder da Igreja Católica se encontrou com os refugiados e pediu perdão pelo sofrimento que passaram e pela indiferença do mundo.

Cedendo às pressões internacionais, no início do ano o governo mianmarenses aceitou negociar com a ONU sobre um possível processo de repatriação voluntária dos refugiados, na ocasião Mianmar concordou em aceitar de volta 1,5 mil rohingyas por semana durante dois anos - o que daria cerca de 150 mil repatriados ao fim do período. Mas o acordo foi recebido com ceticismo, gerando uma série de dúvidas e preocupações. O futuro deste povo é incerto e infelizmente, não há garantias de melhoria eficaz, sendo necessário que a comunidade internacional se mantenha sempre ativa e firme para que os direitos civis, políticos e sobretudo, humanos sejam assegurados.

THE REPRODUCTION OF BUDDHISM IN MYANMAR AS A TERRORIST BIAS OF RELIGION

ABSTRACT

Religion is still an important factor in the outbreak of conflicts, such as in Southeast Asia, more precisely in the region of ancient Burma, and in many forms, one of them being Buddhist fundamentalism. In the specific Burmese case, instability seems to be a predominant feature in the space comprising 135 different ethnic groups. Buddhism exerts considerable influence on Myanmar, since 89% of the people profess such a religion, being propagated over the years as an ideology that defends Buddhist superiority over the others, especially due to the relation between such religion and the long-lived military governments Burmese. Under the aegis of this discourse, many violent practices are carried out, especially by the extremist group 969, against the Rohingya Muslim minority. In recent decades, economic inequality and geographical distance between the Rakhine Buddhists and the Rohingya Muslims have gradually grown. In addition, there is still a fear that the Rohingya community will demographically outweigh the Rakhine, either by more expressive birth rates or by the broad flow of illegal immigration. Thus, this work aims to identify the main elements that motivate a radicalization of Buddhism in Myanmar. To do so, they are exposed first, general reflections on the religion and its ample capacity either to promote violence or to corroborate for the sake of peace, then it is analyzed how Buddhist fundamentalism arises and how the anti-Muslim sentiment began to be propagated resulting in one of the greatest crises humanitarian aid since the end of World War II

Keywords: Myanmar. Buddhism. Violence. Religion.

REFERÊNCIAS

AGENZIA FIDES. **Líderes religiosos, “a paz como um bem mundial”**. Ásia; Mianmar. 2016. Disponível em: < <http://www.fides.org/pt/news/61195>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

AGENZIA FIDES. **Inquérito da ONU sobre as condições dos Rohingya, ONGs e Igreja aprovam**. Ásia; Mianmar. 2017. Disponível em: < <http://www.fides.org/pt/news/61195>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

AGENZIA FIDES. **No Ano da paz, relações diplomáticas entre Santa Sé e Mianmar**. Ásia; Mianmar. 2017. Disponível em: < <http://www.fides.org/pt/news/61195>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

AQUINO, Francisco. **O diálogo inter-religioso por uma cultura de paz**. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 359-375, jul. /Dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/12310/8253>>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

CAVANAUGH, William T. **Does Religion Cause Violence? Behind the common question lies a morass of unclear thinking**. Harvard Divinity Bulletin. Vol. 35, Nos. 2 & 3. 2007.

CHARNEY, Michael W. **A History of Modern Burma**, Cambridge University Press, Cambridge, 2009;

CHATTERJI, Joya. **Bengal Divided: Hindu Communalism and Partition, 1932—1947**. Cambridge and New York: Cambridge University Press. 2002.

CHEESMAN, Nick. **Interpreting Communal Violence in Myanmar** (edit). London. Routledge; 1 edition. 2017.

HAYNES, Jeffrey. **Religion and Development: conflict or cooperation?** New York: Palgrave MacMillan, 2007.

HAYNES, Jeffrey. **An Introduction to International Relations and Religion**. New York: Pearson Education, 2 edition. 2013.

JERRYSON, Michael; JUERGENSMEYER, Mark (edit.). **Buddhist warfare**. New York: Oxford University Press, 2010.

KINGSTON, Lindsey. **Protecting the world's most persecuted: the responsibility to protect and Burma's Rohingya minority.** The International Journal of Human Rights, Taylor & Francis. 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2015.1082831>>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

MEDICINE SANS FRONTIERES. **MSF surveys estimate that at least 6,700 Rohingya were killed during the attacks in Myanmar.** 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org/myanmarbangladesh-msf-surveys-estimate-least-6700-rohingya-were-killed-during-attacks-myanmar>> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

SCHOBER, Juliane. **Buddhism in Burma: engagement with modernity.** BERKWITZ, Stephen (edit.). **Buddhism in world cultures: comparative perspectives.** Santa Barbara: ABC Clio, 2006.

SHARMA, Anuradha. ARORA, Vishal. **Nirvanaless: Asian Buddhism's growing fundamentalist streak.** RNS – Religion N. Service. 2014.

TAYLOR, Robert. **The State in Myanmar,** Hurst & Company. London; 2009.

USARSKI, Frank. **O budismo e as outras: encontros e desencontros entre as grandes religiões mundiais.** Aparecida: Editora Ideias & Letras, 2009.

WALTON, Matthew; HAYWARD, Susan. **Contesting buddhist narrative: democratization, nationalism and communal violence in Myanmar.** Policy Studies, Honolulu, Hawaii, n. 71, 2014.

WALTON, Matthew. **Myanmar needs a new nationalism.** Asia Times. Online. 2005. Disponível em: http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/SEA-02-200513.html.